

---

## **SOLIDARIEDADE SELETIVA NO SISTEMA INTERNACIONAL: IDENTIFICAÇÃO ECONÔMICA OU CULTURAL? REFLEXÕES SOBRE APOROFOBIA E RACISMO**

**BRENO BENJAMIN NUNES MENDOZA**<sup>1</sup>

**JESSYCA DOS SANTOS BALDUINO**<sup>2</sup>

**CERES MARISA SILVA DOS SANTOS**<sup>3</sup>

### **RESUMO:**

O sistema internacional, há muito sofrendo com a imposição normativa do paradigma econômico liberal, apresenta sinais de esgarçamento diante da complexidade multipolar que o mundo incorpora na contemporaneidade. A descrença dos países emergentes nessa ordem em transição se dá, para além do fracasso econômico, na premissa do apoio e da solidariedade seletiva aos povos subalternizados das periferias e semiperiferias do sistema internacional. Cortina (2020) inova ao evidenciar o conceito de *aporofobia*, o qual tem a natureza ontológica humana como fonte de subsídio interpretativo acerca das formas de cooperação e exclusão do diferente, ressaltando o papel preponderante da associação em pares semelhantes e a relevância dos capitais para a criação de uma solidariedade mecânica. Desse modo, este artigo revela, a partir de uma revisão bibliográfica, a relação entre os elementos econômicos e culturais que pautam o grau de sensibilização e solidariedade entre os povos no Sistema Internacional diante de convulsões sociais, tragédias ambientais, guerras, genocídios e pobreza no mundo.

Palavras-chave: Aporofobia; Racismo; Solidariedade.

### **ABSTRACT:**

The international system, which has long suffered from the normative imposition of the liberal economic paradigm, shows signs of fraying in the face of the multipolar complexity that the world incorporates in contemporaneity. The disbelief of emerging countries in this order in transition takes place, in addition to economic failure, on the premise of selective support and solidarity for subaltern peoples on the periphery and semi-periphery of the international system. Cortina (2020) innovates by highlighting the concept of *aporophobia*, which has the human ontological nature as a source of interpretative subsidy about the forms of cooperation and exclusion of what is different, highlighting the preponderant role of association in similar pairs and the relevance of capital for the creation of a mechanical solidarity. Thus, this article reveals, from a bibliographic review, the relationship between the economic and cultural elements that guide the degree of awareness and solidarity among peoples in the International system in the face of social upheavals, environmental tragedies, wars, genocides and poverty in the world.

Keywords: Aporophobia; Racism; Solidarity.

### **RESUMEN:**

El sistema internacional, que ha sufrido durante mucho tiempo la imposición normativa del paradigma económico liberal, muestra signos de deshilarse ante la complejidad multipolar que el mundo incorpora en la contemporaneidad. El descreimiento de los países emergentes en este orden en transición se basa,

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Juazeiro. Bahia. Brasil. benjaminbreno@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Juazeiro. Bahia. Brasil. jessycasantos@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Juazeiro. Bahia. Brasil. cmssantos@uneb.br

---

además del fracaso económico, en la premisa del apoyo selectivo y solidario a los pueblos subalternos de la periferia y semiperiferia del sistema internacional. Cortina (2020) innova al resaltar el concepto de aporofobia, que tiene la naturaleza ontológica humana como fuente de subsidio interpretativo sobre formas de cooperación y exclusión de lo diferente, destacando el rol preponderante de la asociación en pares similares y la relevancia del capital para la creación de una solidaridad mecánica. Así, este artículo revela, a partir de una revisión bibliográfica, la relación entre los elementos económicos y culturales que orientan el grado de conciencia y solidaridad de los pueblos del Sistema Internacional frente a convulsiones sociales, tragedias ambientales, guerras, genocidios y pobreza en el mundo.

Palabras clave: Aporofobia; Racismo; Solidaridad.

## INTRODUÇÃO

Conceito importante para a área das Relações Internacionais, o Sistema Internacional (SI) atual é resultado dos acontecimentos que envolveram a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e os Tratados de Vestefália. Após esse período, os Estados europeus se consolidaram numa dinâmica própria de equilíbrio de poder. Contudo, as guerras que surgiram com a Revolução Francesa colocaram esse equilíbrio de poder em cheque. Mesmo com o estabelecimento do “século de paz”, a iminente instabilidade do continente desencadearia uma série de eventos, entre eles a Primeira Guerra Mundial (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015, p. 6).

Jubran, Leães e Valdez (2015) pontuam que no intuito de defender esse equilíbrio de poder e a centralidade econômica, nasce uma política externa isolacionista na Europa, e imperialista no restante do mundo, que visa a expansão e dominação de territórios, além de suas fronteiras. Esse avanço e dominação de recursos naturais de outras nações são elementos-chaves dos conflitos, interações e alianças que têm acontecido no mundo desde então. Assim, sabendo que os conflitos atuais não se limitam ao continente europeu e, no entanto, são esses conflitos que ganham destaque na mídia, gerando comoção internacional, pretendemos neste artigo destacar a relação entre os elementos econômicos e culturais que pautam o grau de sensibilização e solidariedade diante de convulsões sociais, tragédias ambientais, guerras, genocídios e pobreza no mundo.

Com o esfalecimento da União Soviética e a consequente hegemonia dos Estados Unidos, o conturbado século XX chegou ao fim trazendo novos dilemas e questionamentos. Se antes a compreensão da realidade internacional estava pautada na bipolaridade típica da Guerra Fria, com a queda do muro de Berlim, em 1989, ocorre um esvaziamento das perspectivas, então conhecidas, acerca da continuidade da história. A reconfiguração de um período tão longo trouxe consigo, além do triunfo dos ideais liberais, a ausência de paradigma; a falta de referencial teórico-analítico para se compreender os eventos vindouros. É nesse contexto que surge um grande esforço intelectual para desenvolver novos modelos analíticos capazes de fornecer respostas concretas e condizentes com a nova percepção da realidade.

Francis Fukuyama (1992), ao cunhar a perspectiva do “fim da história”, afirmava que o triunfo dos Estados Unidos representava o fim da era dos conflitos - o que pode ser entendido como uma “história linear” - diretamente intrincada aos padrões norte-americanos. Logo, não haveria mais instabilidades, guerras ou conflitos ideológicos. Os Estados Unidos, ao vencerem a Guerra Fria, se firmavam como uma espécie de líder a ser seguido por todos, propagando sua cosmovisão e, em igual medida, assimilando progressivamente o mundo à sua cultura.

Surge, paralelo à tese de Fukuyama (1992), na academia americana, a perspectiva intercivilizacional de Samuel Huntington (1993), que anuncia o fim da era bipolar como a representação do fracasso de uma ideologia. Baseado nisso, o autor afirmava que os anos seguintes já não seriam mais caracterizados pelo conflito ideológico ou político, mas que o recorte cultural das civilizações seria o grande condicionador da cooperação e do bem-estar do sistema internacional.

Desse modo, o autor destacou a existência de oito civilizações centrais no mundo, as quais tenderiam a se relacionar e a cooperar mais facilmente com aquelas pertencentes ao mesmo núcleo civilizacional. O grande foco da tese do autor é dado ao papel do ethos cultural (religiões, filosofias e cosmovisões) no cerne dessas civilizações. Embora os autores partam de análises generalistas e demasiadamente ortodoxas, o paradigma cultural, abordado por ambos, pode ser de grande ajuda na compreensão dos fenômenos sociais e políticos do Sistema Internacional.

A suposta linearidade ou convivência global perante os Estados Unidos, como proposto por Fukuyama (1992), é facilmente identificada em alguns aspectos relativos à economia e à cultura, embora a contestação de alguns estados esteja cada vez mais frequente na atual ordem mundial. O choque civilizacional de Huntington (1993), por outro lado, se propôs a explicar as hostilidades entre povos de eixos civilizacionais distintos; os conflitos hodiernos entre árabes e judeus, por exemplo, ilustram bem a aplicação do recorte analítico do autor.

Na visão de Said (2011), há pouca atenção sobre o papel da cultura na experiência imperial moderna, uma vez que dificilmente se leve em conta as sombras lançadas pelo extenso imperialismo clássico europeu dos séculos XIX e XX nos âmbitos socioculturais, como assombros na nossa época. Assim, a reconfiguração internacional vivenciada após as guerras mundiais e a transição à bipolaridade e novas divisões do mundo, podem ser melhor compreendidas em abordagens que além dos aspectos econômicos evidenciem enfoques culturais.

Neste intento, o presente artigo destaca a relação entre esses elementos econômicos e culturais no Sistema Internacional. Por meio da revisão bibliográfica pautamos reflexões entre as obras de autores decoloniais como Franz Fanon, Aníbal Quijano, Kabengele Munanga e Samir Amin com teóricos da área das Relações Internacionais, como exemplo Hedley Bull, Samuel

---

Huntignton e Alessandro Eugenio Pereira, correlacionando seus postulados teóricos ao conceito de aporofobia, formulado por Adela Cortina.

Deste modo, este estudo divide-se em dois momentos: o primeiro intitulado Imperialismos, colonialidade e a negação do outro, centrado na formação do estado moderno europeu como perpetuador de desigualdades, divisões sociais e ocultador de sujeitos e culturas. E o segundo momento, Relações Internacionais, economia e solidariedade, concentrado nos aspectos econômicos que ditam as relações de solidariedade entre povos e nações. Para contextualizar o tema, a seguir serão abordados os processos de colonização e imperialismo responsáveis pela criação de categorias que ainda regem as interações entre nações atualmente.

## **1. IMPERIALISMOS, COLONIALIDADE E A NEGAÇÃO DO OUTRO**

Em “Os Condenados da Terra” (1968), Frantz Fanon afirma que a Europa é a criação do Terceiro Mundo, pois o seu excesso de riquezas deve-se ao que foi roubado dos povos subdesenvolvidos. Assim, o autor adverte que quando um país europeu se “sensibiliza” a ajudar um país subdesenvolvido aceitamos como uma reparação ao invés de caridade. Contudo, a colonialidade existente nas relações entre países considerados desenvolvidos e subdesenvolvidos revela que essa consciência não existe no lado dos “antigos” colonizadores. Para que possamos compreender como se deu essa divisão do mundo, suas implicações nas relações entre os povos de culturas diferentes, e ainda como nos sensibilizamos com certos acontecimentos e fechamos os olhos para tantos outros, precisamos voltar à formação do Estado moderno europeu.

Os europeus ocidentais acreditavam ser portadores e protagonistas da modernidade, uma vez que se julgavam os mais avançados da espécie humana. Utilizando a herança greco-romana como encaixe desse pensamento, os europeus não só se autodeclararam como protagonistas da modernidade, mas se estabeleceram como modelo e parâmetro para o que viria a ser o moderno (QUIJANO, 2005, p. 123). A associação desse pensamento com o raciocínio científico que emergia do paradigma cartesiano, solidificou um ideário eurocêntrico sobre a modernidade.

Essa modernidade eurocêntrica, somada à condição central no capitalismo mundial, permitiu que os europeus impusessem um domínio colonial sob todas as regiões do planeta, anexando-as ao “sistema-mundo” que se formava (QUIJANO, 2005, p. 121). O autor pontua ainda como esse fato concebeu um processo de re-identificação histórica, pois, a partir da consolidação da identidade europeia, outros espaços receberam novas identidades “geoculturais”. Destacando a construção do Oriente em oposição ao Ocidente, como o reconhecimento da dignidade intelectual e cultural oriental, que mesmo considerada inferior, estabeleceu a região como única em oposição ao ocidente.

---

A “descoberta” do Novo Mundo é outro evento que precisa ser mencionado. Visto que, na busca por novos territórios, os europeus estabeleceram contato com povos distintos culturalmente. Desse encontro rompeu o Outro como ser incivilizado e subalterno, merecedor da colonização. Na percepção de Maldonado-Torres, a colonização dos povos estabeleceu uma “catástrofe metafísica”, “que inclui o colapso massivo e radical da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade e o começo da relação Senhor-Escravo” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 37).

Fanon (1968), alega que o mundo colonial é um mundo dividido, no qual a cidade do colono é uma cidade saciada, repleta de coisas boas habitada por brancos. E em contrapartida, a cidade dos colonizados é a cidade negra, a cidade indígena ou a Medina. Um lugar de fama ruim, habitado por homens de caráter questionável. Assim, o autor estabelece o mundo colonial como um mundo maniqueísta, onde os costumes e símbolos dos povos colonizados são vistos como perversão da ordem estabelecida pelo colonizador.

Em seus estudos, Said (2011) percebeu como esse pensamento hegemônico europeu perdurou nos imperialismos dos séculos XIX e XX, sendo encontrado em fragmentos de grandes obras literárias de países como a França, Inglaterra e Estados Unidos. O crítico pontua que é perceptível na produção literária dos países imperialistas visões de que as regiões distantes do mundo (do centro econômico) não possuem vida, cultura e história digna de serem contadas, não existindo assim uma independência de suas representações sem o ocidente.

Ao definir o imperialismo como “um gesto de violência geográfica por meio do qual praticamente todo o espaço do mundo é explorado, mapeado e, por fim, submetido a controle” (2011, p. 351), Said pontua como a perda do espaço geográfico para povos estrangeiros causa nos nativos uma busca por uma identidade geográfica, que muitas vezes só era possível na imaginação. Ao citar Crosby, o autor retrata a necessidade dos europeus em mudar o habitat local das regiões que invadiam, seus métodos de construção, plantas e animais transformaram as colônias em novos lugares. Em consequência dessa empreitada, surgiram novas doenças, desordens ambientais e deslocamentos dos povos que ocupavam essas regiões.

Abordando a obra do geógrafo Niel Smith, Said (2011) salienta como o capitalismo criou historicamente uma representação única de natureza e espaço, uma paisagem desigual que integra riqueza e pobreza. Cujo ponto culminante é o imperialismo, que dominou, classificou e mercantilizou todos os espaços em nome de um centro metropolitano. Ainda citando Smith, o autor ressalta que para vencer esse pensamento imperialista os povos subjugados usaram das expressões culturais, a literatura por exemplo, como forma de resistir aos processos de mudanças impostos pelos imperialistas.

---

Nota-se a importância e o papel que a cultura possui para as sociedades, uma vez que, a instituição de um modelo único de civilização somado aos processos de colonização, e posteriormente ao imperialismo, que classificaram o mundo, se edificaram na negação do Outro e na inferiorização das culturas de outros povos. Ainda que a cultura tenha sido, e ainda seja, um meio de dominar e inferiorizar, ela também é uma forma de resistência. Em suas manifestações culturais, os “outros” usam da criatividade para denunciar a violência imposta e imaginar espaços cuja natureza lhes devolva os sentidos e suas identidades.

No entanto, Kabengele Munanga (2006) alerta que até a evidenciação desses aspectos culturais pode ser criadora de rejeições. Ao pontuar o pensamento de alguns etnólogos, o autor exemplifica como certos posicionamentos radicais podem ampliar as diferenças. Como o pensamento de Lévi-Strauss, que via na rejeição do Outro um modo de assegurar a existência das culturas, pois na sua concepção o excesso de abertura aos outros desencadearia uma “morte cultural”.

Ao citar Taquieff, Munanga (2006) pontua como tais perspectivas reafirmam o pensamento etnocêntrico e naturalizam atitudes preconceituosas, já que essa é uma das justificativas utilizadas na recusa à recepção de outros povos no continente europeu. Para Taquieff (apud Munanga, 2006, p. 51), tais posicionamentos imperam sob um discurso legitimador do imperativo cultural que visa excluir o estrangeiro e evitar as possíveis amálgamas de maneiras de ser e pensar.

A implantação do regime segregacionista na África do Sul, no século XX, é uma amostra de que a defesa às identidades e às diversidades culturais pode ser subvertida. Munanga (2006) aponta como a implementação desse regime confiscou direitos políticos e sociais da maioria da população negra, favorecendo uma minoria branca. O autor pontua que a maioria dos países ocidentais atualmente praticam o racismo antinegros e antiárabes sem recorrer aos conceitos de raças superiores e inferiores, concebido no pensamento naturalista, dispondo agora dos conceitos de diferenças culturais e identitárias. Assim, em sua visão os racismos contemporâneos não necessitam mais do conceito de raça.

Deste modo, Munanga (2006) adverte que as propostas de combate ao racismo não se centram mais no abandono do conceito de raças, e tampouco nos usos dos léxicos “etnia”, “identidade”, etc., pois, em sua visão, o racismo é uma ideologia que paira em todos esses conceitos. Ao pontuar os estudos de Bernard Lewis sobre o mundo islâmico, o autor salienta como as distinções entre povos aconteciam no mundo islâmico, na Índia, China e em países ditos pagãos. Muitas dessas distinções se firmavam nos aspectos religiosos, e assim como no mundo europeu, para serem respeitados os povos deveriam possuir “provas” de civilidade.

---

Lewis (apud Munanga, 2006, p. 55) pontua ainda, que no mundo mulçumano havia escravos negros e brancos, e ambos possuíam terminologias em suas referências, entretanto, somente o termo utilizado para designar os escravos negros (Abd) foi posteriormente associado a cor da pele, passando a designar “homens negros”, fossem eles escravos ou não. O autor pontua que a naturalização da escravidão do homem negro foi legitimada pela lenda mulçumana de Ham, que narra a história do filho de Adão que foi condenado a “ser negro” como punição por seu pecado, sendo essa maldição lançada a todos seus descendentes.

Pode-se perceber que os mitos enquanto produtos simbólicos culturais podem ser utilizados como artifícios ideológicos fundamentadores de desigualdades. Deste modo, assim como a literatura escrita apontada por Said, os mitos que permeiam as civilizações, antigas ou atuais, podem alimentar percepções que um determinado grupo dispõe sobre outro. Assim, Munanga (2006) enfatiza que os estudos de Lewis comprovam que o racismo e outras distinções entre povos, existem antes do conceito de raça sistematizado na modernidade ocidental. Em razão disso, o autor defende: “a raça não cria problema, mas sim a diferença fenotípica por ela simbolizada.” (2006, p. 56).

Nesta perspectiva, os teóricos mencionados indicam possíveis caminhos para o entendimento das relações estabelecidas entre os povos com aqueles que foram e são vistos como diferentes e inferiores. Demonstrando que, embora essas divergências tenham se sobressaído com a expansão do pensamento moderno europeu, elas não se restringem ao lado ocidental do globo, e podem ser encontradas na literatura de antigas civilizações orientais.

Depois desta abordagem sobre os diferentes aspectos que construíram as relações entre os povos no mundo, no tópico seguinte será abordada a relação da ordem econômica vigente com a subalternização dos sujeitos e a falsa solidariedade que tem permeado o sistema internacional pela ótica das teorias das Relações Internacionais e do conceito de aporofobia.

## **2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ECONOMIA E SOLIDARIEDADE**

Tendo claro que os processos de enriquecimento e constante modernização vivenciados pela Europa, a partir da usurpação de recursos naturais e aplicação de métodos de trabalho escravo nos territórios americanos subalternizados e expropriados, se deram sob uma determinada orientação conjunta, é necessário explanar a natureza constitutiva do Sistema Internacional e a alternância dos paradigmas que regem a forma como seus entes atuam, criando assim, uma espécie de habitus, que é imposta através da coerção e do constrangimento sistemático por parte de outros Estados e de organizações internacionais influentes em algum campo.

Desse modo, os países do Sistema Internacional, interagindo em uma macroestrutura de caráter anárquico (BULL, 2002) e sob a égide do liberalismo econômico, se caracterizam, ainda,

---

como um aglomerado de países divididos em blocos culturais ou econômicos mais ou menos homogêneos que buscam, através da cooperação, a obtenção de alguma vantagem que lhes garanta a manutenção das suas bases e a satisfação dos seus interesses. Mesmo partindo da premissa solidária e da cooperação contida no bojo teórico da corrente liberal, é preciso se ater que este paradigma não deixa de ter sua ontologia no realismo clássico, fazendo-se valer da sua autopreservação e do auto interesse quando condicionada à interação com outros pares. (KEOHANE, 2005).

Isso quer dizer que a superação, embora dialógica, da ideia proposta no realismo clássico, a qual tem o ente estatal como uma figura egoísta dotada de racionalidade e cuja manutenção da sua existência é o fim único das suas ações, iremos, num intento breve, destrinchar as premissas da filosofia política que compõem o arcabouço teórico das teorias realista e idealista (liberal) das RI.

Os antecedentes teóricos que remontam à teoria realista clássica das RI têm nas figuras de Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes as bases filosóficas para compreender a natureza humana e, a nível macro, os Estados. Para Maquiavel (1998), “deveríamos compreender a essência da realidade política como ela é (realismo) e não como gostaríamos que ela fosse (idealismo)” (PEREIRA, 2016, p. 28). E, para isso, é importante também se ater à natureza humana e à forma que os indivíduos agem buscando a maximização das suas vantagens. Para ele, os homens são “ingratos, volúveis, simuladores, tementes dos perigos e ambiciosos do ganho” (MAQUIAVEL, 1998, p.96). Logo, para garantir a sobrevivência e a segurança do Estado, os postulados realistas que Maquiavel pontuou ressaltam a necessidade de agir “com base no cálculo inteligente do poder e do interesse de alguém contra o poder e o interesse de seus rivais e competidores” (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 106).

Outro filósofo de grande importância para a teoria realista das Relações internacionais foi Thomas Hobbes. A percepção pessimista acerca da natureza belicosa do homem foi disseminada ao longo de suas obras e vai de encontro, em certo grau, com o pensamento de Maquiavel. Para Hobbes (1997) a ausência de um Estado forte, capaz de frear as paixões avassaladoras resultaria na guerra de todos contra todos, ou, nas palavras do autor, no estado de natureza anterior ao estabelecimento do contrato social. A anomia proposta por Hobbes se daria justamente por três razões principais:

[...] a competição pelo lucro, a desconfiança mútua e a glória. A posse sobre os bens não está garantida no estado de natureza. Por isso, os homens podem entrar em conflito entre si pelos bens.” A desconfiança mútua resulta da incapacidade de prever o comportamento do outro; desse modo, um homem pensa que, antes de ser atacado, é melhor atacar e defender sua vida e seus bens. (PEREIRA, 2016, p. 33)



---

Alexsandro Pereira (2016) chama a atenção para o conceito de poder na teoria realista, que consiste nos meios utilizados pelos Estados para que eles adquiriram algum bem visível a partir de suas ações. Para o autor, a interpretação hobbesiana sobre o poder na esfera internacional está calcada em duas naturezas possíveis, uma de caráter natural e a outra instrumental.

É natural quando o indivíduo dispõe de certas faculdades do corpo ou do espírito, como força extraordinária, beleza, prudência, capacidade, eloquência, liberalidade ou nobreza. Já os poderes instrumentais são adquiridos por causa das faculdades naturais ou pelo acaso. Os poderes instrumentais servem para obter mais poder e podem ser a riqueza, os amigos, os desígnios secretos de Deus (a boa sorte). (PEREIRA, 2016, p. 34)

A teoria liberal, em contrapartida, a partir de reflexões filosóficas de pensadores utópicos como Immanuel Kant e abade de Saint-Pierre vai se constituir como uma alternativa às hostilidades evidenciadas pela teoria realista, cética quanto à possibilidade de confiança mútua e perpetuação da paz na esfera internacional. É a partir das contribuições desses pensadores, como em *A paz perpétua* (1795) e no *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa* (1713) que se terá os primeiros esboços de uma possível organização supranacional, visando integrar os países em dinâmicas de cooperação e de superação de belicosidade a partir do intercâmbio de bens e do comprometimento com o bem-estar geral.

Desse modo, Pereira (2016) nos mostra que, para Kant, os Estados deveriam estabelecer pactos entre si a fim de evitar as guerras e legitimar a paz, montando então, uma comunidade jurídica internacional. “Esse pacto seria resultante do progresso da razão, que reconheceria a necessidade de superar o estado conflituoso em que estão os Estados europeus. Ele reconheceu que o estado natural das relações internacionais é o estado de guerra.” (PEREIRA, 2016, p.75-76)

Os povos, enquanto Estados, podem considerar-se como homens singulares que, no seu estado de natureza (isto é, na independência de leis externas), se prejudicam uns aos outros já pela sua simples coexistência e cada um, em vista da sua segurança, pode e deve exigir do outro que entre com ele numa constituição semelhante à constituição civil, na qual se possa garantir a cada um o seu direito. Isto seria uma federação de povos que, no entanto, não deveria ser um Estado de povos. (KANT, 2008, p. 15-16)

Na contemporaneidade, o paradigma liberal se transfigura no neoliberalismo e esgarça as premissas de cooperação a partir da interação interestatal e da diminuição da influência estatal no âmbito particular. Desse modo, os elementos de maior relevância para essa corrente são “a interdependência econômica como elemento capaz de gerar relações pacíficas e cooperativas entre os Estados, o papel das organizações internacionais na construção da paz entre os Estados e a propensão dos países democráticos a estabelecer relações mais pacíficas entre si” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, apud PEREIRA, 2016, p. 70).

---

Por conseguinte, foi possível evidenciar na leitura filosófica a importância da natureza humana, que, quando transportada à natureza do Sistema Internacional, reverberará na forma de gerir a política, acumular poder e interagir com outros Estados. Em ambas as teorias, realista e liberal, nota-se a necessidade de cooperação para a perpetuação das estruturas do Estado, buscando, assim, ofertar capitais abundantes em intercâmbio de capitais ausentes nos seus limites geográficos e de influência

A natureza do poder hobbesiano, natural e instrumental, se relaciona, na contemporaneidade, com outras teorias sociais que nos ajudam a compreender a forma que o capital condiciona a solidariedade. Bourdieu (1999) expande o conceito de capital e ultrapassa a tradicional reprodução da ideia do capital econômico, cristalizado no dinheiro, e o incorpora ao conceito de campo para uma melhor compreensão das esferas de embate político e social. Logo, para esta análise, os capitais, além do financeiro, defendidos por Bourdieu, como o capital simbólico, social e cultural são extremamente importantes para se compreender a forma que os Estados agem ao intercambiar bens, serviços e solidariedade almejando a obtenção de alguma vantagem adaptativa (CORTINA, 2020).

Como exposto nas correntes centrais do pensamento das Relações Internacionais, os Estados devem ser compreendidos como entidades autointeressadas e egoístas em um mundo anárquico, onde a inconstância e a imprevisibilidade se fazem presentes. Por essa razão, a cooperação é, embora com algum grau de desconfiança, tida como uma ferramenta importante para a manutenção do bem-estar entre os povos.

Nesse sentido, ao pensarmos os critérios que pautam a cooperação ou o grau de solidariedade estendido aos países em situação de calamidade, não é difícil perceber a distinção solidária exercida entre países que possuem interesses econômicos e culturais em comum, com a solidariedade ofertada aos países que não têm muito a oferecer. Nessa escalada pelo poder, as alianças, tão preciosas quanto o capital bruto, selecionam com quem devem se solidarizar.

Por muito tempo se pensou na ideia da cultura como condicionante para a legitimação da solidariedade entre os povos. Huntington (1993) foi um dos que propôs a cooperação e a solidariedade cultural a partir de blocos culturais monolíticos e opostos ao longo dos continentes. Para ele, os ocidentais sempre cooperariam com ocidentais, árabes com árabes, latinos com latinos. É perceptível que a teoria civilizacional de Huntington (1993) possui uma sequência de falhas conceituais e práticas, sobretudo no que diz respeito aos fluxos disruptivos trazidos com a pós-modernidade e o advento do paradigma neoliberal no mundo.

A globalização e todas suas consequências, como a fragmentação do processo produtivo ou a redivisão do trabalho internacional, o dissolvimento de fronteiras físicas e a criação de entidades supranacionais, os fluxos migratórios internacionais, a precarização dos direitos

---

trabalhistas - cristalizado nos processos de uberização e pejetização-, a constante pauperização das classes trabalhadoras e a volatilidade do capital especulativo só ilustram como a necessidade material perpassa facilmente os limites da cultura.

Para melhor compreender os elementos que condicionam essa solidariedade, acreditamos que teorias ortodoxas ou de viés estritamente cultural ou economicista não devem ser utilizadas como subsídios teóricos totalizantes. Por essa razão, optamos por uma abordagem que forneça aportes de médio alcance.

Reconhecendo, então, os limites de compreensão da teoria civilizacional, que, em alguns casos de solidariedade internacional se efetiva na prática, como em alguns países árabes ou no bloco de países ocidentais, deve-se entender a solidariedade como uma forma de capital social diante da comunidade internacional. Assim, a solidariedade, direta ou indiretamente, será estendida em troca de alguma vantagem, material ou simbólica.

Adela Cortina (2020) elucida, através do seu conceito de aporofobia, sobre como a solidariedade seletiva ocorre no mundo diante de tragédias e catástrofes que tem o bloco ocidental como palco, as quais geram repercussão a nível global e mobilizam toda a sociedade internacional, com ênfase nos países periféricos e semiperiféricos, a agir e se identificar de alguma maneira com aquele sofrimento. Para a autora, a aporofobia é o princípio que permeia nossas interações sociais individuais a nível micro e nos faz adotar determinadas posturas de colaboração ou de exclusão. Contudo, levando em consideração as teorias clássicas de RI e a racionalidade dos Estados no campo internacional, deve-se ter claro que neste esboço de transposição teórica as relações internacionais serão compreendidas tais quais aquelas explicitadas por Cortina em *Aporofobia, a aversão ao pobre* (2020).

Em termos inteligíveis, a aporofobia pode ser entendida como um medo estarrecedor, assim como em todas as fobias, contudo, um medo que tem suas raízes ontológicas centradas na própria natureza humana e na sua posterior evolução. Para Cortina (2020), patologias sociais relacionadas à diferença do outro como a homofobia, o racismo, a xenofobia e a misoginia estariam diretamente ligadas a uma “fobia-mãe”, que supera a discriminação estética e/ou subjetiva e nos remete a um tipo de discriminação centrada na incapacidade da produção material de subsistência. A fobia à pobreza e ao pobre está, segundo Cortina (2020), nos processos evolutivos pelos quais a socialização compulsória e a formação de núcleos civilizacionais que romperam com a típica solidariedade mecânica e instauraram a colaboração orgânica. “Na sociedade contratualista e cooperativa de troca se exclui o radicalmente estranho, o que não entra no jogo da troca, porque não parece que possa oferecer qualquer benefício em retorno. Esse é o pobre em cada âmbito da vida social” (CORTINA, 2020, p. 94).

Os pobres são aqueles que não têm a possibilidade de dar algo em troca em um mundo baseado no jogo de dar e receber. Assim, parece que levá-los em consideração implica perder capacidade adaptativa biológica e social, pois são os bem situados que podem ajudá-los a sobreviver e prosperar. [...] Este é o terreno fértil, biológico e social, da aporofobia, da aversão aos *áporoi*, aos que nada têm de bom a oferecer em troca. E não só se estiverem longe, mas ainda mais se estão perto e podem causar problemas, se pertencem à própria família e são tratados como uma vergonha a ser escondida. (CORTINA, 2020, p. 94)

Logo, a natureza internacional se relaciona com a forma de interagir no micro, buscando laços de solidariedade orgânica e fortalecimento das relações a partir da premissa de melhoramento das capacidades adaptativas (CORTINA, 2020), que visam prolongar sua existência, assim como posto pela teoria realista das Relações Internacionais. Contudo, o elemento central desta tese aplicada às RI não deve ser estritamente o do viés econômico e o da pobreza, mas de qualquer vantagem que garanta aos Estados uma vantagem simbólica, social, cultural ou política.

Ainda sobre o viés culturalista, é importante ressaltar que, embora não orgânicas e espontâneas, muitas interações e demonstrações de solidariedade entre países de blocos culturais distintos ocorrem devido às alianças multilaterais e bilaterais firmadas entre estes, bem como os constrangimentos simbólicos que são impostos pela comunidade internacional em situações que exigem a manifestação pública dos Estados e, que em casos de recusa, resultarão em uma possível perda da capacidade adaptativa.

É a reputação [...] que constrói uma ponte entre o ato de dar e o do retorno esperado, o que infunde confiança em quem cumpre a sua parte no contrato implícito do qual se receberá o esperado, o que pode consistir, por sua vez, em um benefício pessoal, ou que o beneficiário dê algo a outras pessoas, mantendo viva a cadeia de trocas. (CORTINA, 2020, p. 111)

Por essa razão, mesmo que não haja ganho aparente na disposição de alguma cooperação de auxílio técnico de natureza Norte-Sul, os Estados agem imbuídos pela possibilidade de sofrerem constrangimentos da comunidade internacional e enfraquecerem seus laços e capacidades. “Nowak e Sigmund entendem que o símbolo da pressão moral é o olho sempre vigilante no céu, que se costumou representar como um Deus onipresente, e que a consciência pode atuar internalizando nossa maneira de estar com os outros” (CORTINA, 2020, p. 111).

Porém, se uma das tendências avaliativas típicas de nossa espécie é a tendência de tentar se distanciar dos acontecimentos ou pessoas que possam ser perturbadores e não benéficos, e se é verdade que somos “animais dissociativos”, preparados para colocar entre parênteses as situações e as pessoas que tragam consigo problemas, não é estranho que sempre existam excluídos em nossas sociedades. São aqueles que não obtêm vantagem no processo infinito de troca, que parecem não contribuir com nada de positivo para sua própria sobrevivência e bem-estar. (CORTINA, 2020, p. 93)

---

Santos (2000) enxerga nessa tendência um caminho para a superação de tal realidade, visto que em sua visão os países subdesenvolvidos, os menos favorecidos no jogo de trocas imposto pelo sistema-mundo, irão uma hora ou outra compreender que a cooperação com os países de centro tem gerado um aumento de suas dependências. O autor acredita que esse é um passo essencial para reconhecer que a racionalidade determinante, gerada pela modernização e pela globalização do mundo, tem perdido espaço e aos poucos deixa de ser dominante.

Com o poder centralizado nas mãos de uma minoria, Santos (2000) avista a maioria dos povos insatisfeitos por não se sentirem representados, principalmente as populações de países mais pobres. Assim, para o autor, do processo de globalização tem surgido uma tomada de consciência da condição de inferioridade que os países menos abastados têm ocupado nessas relações, que resultará na reavaliação dos pactos que existem atualmente.

Posto isto, Santos (2000) enfatiza que os modos particulares desses países sentirem e consumirem essa globalização, demonstra o quanto esse movimento tem sido seletivo. Já que a vida no Tricontinente (AMIN, 2020) tem se manifestado como uma reação a essa organização do mundo, pois é impossível que essa globalização econômica e cultural seja aceita totalmente. Dessa recusa, o autor vislumbra que as mudanças para uma outra globalização, deverão surgir fora do sistema-mundo, emergindo dos países subdesenvolvidos. Essas mudanças atribuirão uma nova representação aos blocos regionais, que poderão ultrapassar a etapa das relações meramente comerciais para atingirem o estágio mais elevado de cooperação. Produzindo assim, uma globalização de baixo pra cima que permita a prevalência de preocupações de ordem social, moral e cultural. As iniciativas categorizadas como cooperação Sul-Sul ilustram bem o intento de países periféricos e semiperiféricos de garantir maior simetria nas interações internacionais, abrindo mão da solidariedade objetivista analisada na teoria realista das RI e na aporofobia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebe-se como os aspectos econômicos têm interferido de maneira efetiva nas relações entre nações. Seja nos princípios formadores do Estado moderno, pontuados anteriormente, ou no proeminente liberalismo, que atualmente redefine percepções de mundo e cria novos modos de interação. Se na sociedade colonial o Outro foi negado por ser "incivilizado" aos olhos dos europeus, hoje além da reminiscência desse pensamento, há novos Outros em negação.

Os países colonizados que não tiveram a mesma oportunidade de expansão econômica como os países colonizadores, principalmente os países da América Latina, que por vezes são

---

submetidos a acordos desiguais que enriquecem apenas um lado. Além de suas populações viverem à sombra de um subdesenvolvimento, que não lhes garante os direitos mais básicos. O espaço que outrora era incivilizado, atualmente é conhecido como a periferia do mundo, lugar da pobreza e da violência, produto de um processo de exploração histórico.

A aporofobia, somada às pontuações dos autores trabalhados neste estudo, denuncia que a aversão à pobreza se destaca aos racismos, xenofobias e divergências identitárias ou culturais, uma vez que, os países ricos não se importam em abrir suas fronteiras para os turistas que não se incomodam de gastar dinheiro em seus pontos turísticos, e, contudo, acham inadmissível a recepção de imigrantes pobres que cruzam suas fronteiras diariamente arriscando suas próprias vidas. A distinção é óbvia, “o problema não é, então, a raça, a etnia e nem mesmo o estrangeiro. O problema é a pobreza” (CORTINA, 2020, p. 26).

Em meio a constante incerteza trazida pelo paradigma das sociedades pós-industriais, a idealização de um mundo menos assimétrico e capaz de reagir assertivamente diante do sofrimento, por causas naturais ou sociais, sem se pautar estritamente nos conceitos de raça, cultura e economia ainda segue sendo um anseio kantiano. A globalização capitalista, distinta daquela proposta por Milton Santos, esgarça as mazelas sociais e exalta a individualidade extrema, negando ao outro e a si próprio a humanidade que deveria estar presente em todos.

Enquanto não ocorrer o real comprometimento da comunidade internacional e a reavaliação dos princípios que permeiam as relações internacionais, a solidariedade continuará sendo substituída pela competição, os indivíduos (Estados) seguirão abandonados a si mesmos, entregues a seus próprios recursos escassos e claramente inadequados, onde os laços comunitários corroídos os transformarão, sem pedir aprovação, em indivíduos de jure (de direito); os quais dificultarão que se transformem em indivíduos de facto (de fato) (BAUMAN, 2009, p. 21-22).

## REFERÊNCIAS

AMIN, SAMIR. **Somente os povos fazem sua própria história**. São Paulo: Expressão Popular, 2020

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BULL, H. **A sociedade anárquica**. Brasília: Ed. da UNB; Ipri; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Clássicos Ipri). Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/158-Sociedade\\_Anarquica\\_A.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/158-Sociedade_Anarquica_A.pdf)>. Acesso em: 19 maio 2022.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. São Paulo: Editora Corrente, 2020.

- 
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HOBBS, T. **Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- HUNTINGTON, S. P.: in Foreign Affairs; **The Clash of Civilizations?** Harvard University Press summer 1993.
- JACKSON, R.; SØRENSEN, G. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007
- JUBRAN, B. M.; LEAES, R. F.; VALDEZ, R. C. C.. **Relações internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos**. Textos Para Discussão FEE, v. 131, p. 1-28, 2015.
- KANT, I. **A paz perpétua: um projecto filosófico**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.
- KEOHANE, R. O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- MALDONADO-TORRES. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson; Grosfoguel, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 27-53.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 21. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998
- MUNANGA, Kabengele. **Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos**. Revista USP, v. 68, p. 45-57, 2006.
- NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- PEREIRA, Alexsandro. **Teoria das Relações Internacionais**. Curitiba: Intersaberes, 2016.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino- Americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 117-142. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)>. Acesso em: 6 de maio, 2022.
- SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAINT-PIERRE, A. de. **Projeto para tornar perpétua a paz na Europa**. Brasília: Ed. da UNB; Ipri; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Clássicos Ipri). Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/173Projeto\\_para\\_tornar\\_perpetua\\_a\\_paz\\_na\\_Europa.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/173Projeto_para_tornar_perpetua_a_paz_na_Europa.pdf)>. Acesso em 20 maio 2022.

---

SANTOS, Mílton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao\\_leitura/sociologia/outra\\_globalizacao.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/outra_globalizacao.pdf). Acesso em: 25 de maio de 2022.

#### AGRADECIMENTOS

A professora Ceres Santos e ao Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por nos terem possibilitado o desenvolvimento e conclusão deste estudo.